

Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Hegemonia:

O Caso Brasileiro; Alguns Sinais de Ruptura ¹

Elizeu Ribeiro Lira

"Hegemonia e acima de tudo, capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante de metas impostas à vida social e política de um país".

(A. Gramsci in Bobbio 1992).

A sociedade brasileira foi historicamente construída e/ou inventada sob a égide do capital agrário, monopolista, expropriador. Exportador de divisas e importador de conflitos. Sociedade esta que possuía na mão-de-obra escrava, o seu principal pilar de sustentação econômica, um sistema produtivo vicioso, onde se confundia mão-de-obra com mercadoria e importava sob a forma de trabalho forçado a ideologia do não trabalho. Os escravos viam no trabalho uma forma de castigo. É desse sistema de produção, forte e ao mesmo tempo insuficiente, que emerge o Estado Brasileiro; forte, quando analisamos a violência e as contradições que o mesmo produz, a exploração do homem pelo homem, permitindo a produção de mercados humanos e/ou sub-humanos onde pessoas normais eram vendidas como uma mercadoria qualquer e até mesmo, às vezes, trocadas por bugigangas. Tudo isso sobre o poder hegemônico do senhor de engenho, depois transformado ou transferido para os donos de fazendas de café e hoje, representado no campo, na figura dos grandes latifundiários e na cidade pela burguesia, industrial, empresarial etc. Elementos formadores da ideologia burguesa neo-liberalista, privativista que assola o país. Insuficiente, por ser monopolista, por não possuir um mercado interno capaz de se sustentar em momentos de crises, por ter no trabalho escravo e não no "livre" mercado seu eixo de sustentação. Enfim, por ser um sistema de produção que inviabilizava as relações, embora conflitantes, mas onipresente em um meio de produção capitalista, a relação capital x trabalho, onde a classe dominante com o Estado a seu serviço negava a existência da classe dominada. Sendo o Estado Brasileiro construído ou inventado sobre a ideologia dos "donos da terra" senhores de engenhos, homens que tinham na Europa seu referencial de vida, de costumes e que por isso enviavam seus filhos para

¹ Trabalho apresentado junto à disciplina Movimentos Sociais e Partidos Políticos, ministrada pela Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues, em 1993.

estudar em Coimbra, formarem em advogados, para através das "Leis" legitimarem suas propriedades e então produzir a ideologia do Estado Agrário. Estado este onde a propriedade da terra, através do seu "valor" negava o direito social dos homens comuns, dos trabalhadores. Um Estado monoclássista direcionando seu "poder" ao bem estar de uma única classe, "os donos de terras". Que por sua vez, produzia a cultura da negação de uma outra classe, embora vivesse ambas (contraditoriamente) no mesmo território.

A formação da intelectualidade brasileira vem carregada desses "valores" que por coincidência ou não perpetuam até hoje no meio da sociedade brasileira, principalmente no meio universitário. Basta darmos uma rebuscada na história da universidade brasileira, que encontraremos esta baseada em três cursos: **Advocacia**, como já falamos para fazer as leis, sustentando os anseios da classe dominante (a propriedade da terra); **Medicina**, para curar as doenças da burguesia, dos amigos da corte (nobreza) e não para medicar escravos ou trabalhadores, basta ver que estes primeiros morriam, em grande parte, de doenças de fácil diagnóstico, entre muitas, as conhecidas doenças venéreas. Por último, o curso de **Engenharia**, com objetivo de formar especialistas em construção de estradas - a princípio de ferro, depois de rodagem - para que o capital transitasse facilmente, rumo a interiorização, ocupando novos espaços estratégicos e reconstruindo novas formas de manifestações (a marcha para o Oeste do Estado Novo), domínio e contradições.

"Não se deve querer que todos sejam profissionais. Seria horrível um mundo que não houvesse operário." (Casanova, sete preconceitos antigos sobre a educação superior in, Wanderley, ed. Brasiliense, 1985).

Talvez encontremos aí uma das respostas que viemos procurando ao longo do nosso envolvimento com a questão, porque a universidade brasileira não consegue libertar-se dos ramos do conservadorismo exagerado, que permeia claramente a sociedade brasileira de hoje e que alguns setores dessa universidade, insiste em reproduzir na formação de "novos" intelectuais? Sendo que estes "novos" intelectuais de uma maneira ou de outra vão influenciar na perpetuação hegemônica do estado capitalista brasileiro? de onde se esperava nascer "sinais de ruptura" para a construção de uma nova hegemonia e uma nova forma de Estado, permitindo a construção de uma sociedade verdadeiramente nova. Não vemos razão para perpetuar uma coisa que "não deu certo". Fizemos aqui uma pequena reflexão de uma das inúmeras facetas da sociedade brasileira, na tentativa de nos situarmos e entendermos a formação da intelectualidade brasileira, para podermos discutir de maneira clara as idéias que nortear este pequeno texto: movimentos sociais, partidos políticos e hegemonia. Portanto, não vamos aqui tratar estes temas separadamente, pois achamos que um está, se não intrinsecamente envolvido com os outros, mas de uma forma ou de outra se relacionam com a ideologia do poder político, confirmando-a, ou negando-a.

Concordamos com Gramsci, quando afirma que "os intelectuais contribuem na formação da hegemonia", e sabemos que uma grande maioria dos intelectuais brasileiros, são oriundos das universidades. Questionamos esta instituição, quando ela está formando um

corpo técnico, sempre representado no conjunto do poder político-econômico do país. (Delfim Neto, Fernando Henrique, José Genoíno,...). Corpo técnico composto de intelectuais que não avançam crônicas do Brasil - reforma agrária, meninos de rua e miséria porque, para o que nos parece, estão pela hegemonia continuada e não pela ruptura por uma nova forma de poder. Entendemos que os intelectuais brasileiros, com raríssimas exceções, estão inseridos nesta questão, embora quase que sempre, fazendo o papel de faca de dois gumes, dentro de momentos históricos do Parlamento Brasileiro .

"É no interior do bloco histórico que se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre toda sociedade em determinado momento histórico, bem como se esclarece a função dos intelectuais como organizadores da hegemonia". (A. Gramsci in Schlesener, 1992) .

Quando pensamos e escrevemos "alguns sinais de ruptura" sabíamos que estes sinais não estão desenhados, apenas rabiscados em um pergaminho, escuro, confuso, incerto e contraditório. Sabemos também que temos que atentar para duas estâncias de análise - Partidos Políticos e Movimentos Sociais - são estes os principais meridianos que dentro da territorialidade da sociedade civil brasileira nos permitirá a aproximação desses sinais de ruptura. Precisamos primeiramente entender alguns aspectos da sociedade, palco das relações entre os dois universos que tentamos aqui analisar.

Em Bobbio encontramos o conceito de sociedade civil:

"A sociedade civil compreende para Gramsci, não mais ,todo o conjunto das relações materiais,, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; Não mais ,todo o conjunto da vida comercial e industrial,, mas todo conjunto da vida espiritual" .

Considerando que e nessa sociedade gramsciana visível na superestrutura que os Partidos Políticos e os Movimentos Sociais se explicitam , se misturam e se contradizem . Entendemos os Partidos Políticos como instituições que possuem objetivos e espaços definidos (o parlamento) e os segundos como movimentos fugidios de uma classe social (trabalhadores), buscando e/ou reivindicando direitos públicos, negados ou desvia dos pelo Estado em favor do capital. Sua territorialidade e composta de unidade e diversidade, mesmo quando os encontramos na cidade - movimentos sociais urbanos, lutando pelo direito a casa própria, água, luz etc., ou no campo - O MST, lutando pelo direito à propriedade da terra, fornecedora não só do sustento, mas acima de tudo, do direito à própria vida.

Unidade, quando fazem parte de uma questão bem mais ampla - nacional ou internacional - (movimentos sociais urbanos, movimentos dos sem terras do Brasil). Diversidade, quando analisados do ponto de vista específico de cada movimento; do seu contexto histórico; de sua bandeira de luta; de suas reivindicações, enfim, de seus recuos, de suas vitórias - amortizadas ou continuadas - no campo das lutas contra as diversas manifestações de domínio hegemônico exercido pelo capital.

Quando os estudantes franceses tomaram as ruas de Paris em 1968, para protestarem contra o poder estatal da França (socialista) nascia ali uma nova forma de luta que

vinha culminar nos movimentos sociais da sociedade civil organizada atual, que vem combatendo em novas frentes a "nova" divisão internacional, nacional e regional do trabalho. A história dos movimentos sociais nos faz compreender que os mesmos cresceram qualitativamente ao longo desses anos, cresceram a ponto de si caracterizarem de acordo com sua esfera de atuação (Libertários e Reinvidicativos) nos faz entender também que esses movimentos sociais, necessitam de um espaço onde lhe forneçam condições de se tornarem visíveis não só para seus pares mas, para o capital e com maior frequência, para o Estado. Este espaço vem cada vez mais se concretizando no urbano, talvez por estar localizado nas cidades a produção industrial, o sistema educacional, as sedes dos partidos e sindicatos e o sistema administrativo burocrático do Estado.

Arlete Moisés Rodrigues nos dá a entender este aspecto quando diz:

"Caracterizo os movimentos sociais, como manifestações dos conflitos de classe ou de camadas de classes, que reafirmam (de acordo com o **status quo**), ou contestam a ordem estabelecida (os contestatórios ou populares) na concentração da riqueza e distribuição da pobreza e do poder." (A. Moisés Rodrigues, 1992)

"Alguns Sinais de Ruptura"

Buscando esses sinais, na história da política brasileira, principalmente nesse momento que alguns chamam de pós-ditadura, e outros, como nós, preferimos chamar de paradiadura, poderíamos pensar que encontraríamos uma brecha nas instituições denominadas de partidos políticos, porém sabendo que mesmo quando esses aproximam dos movimentos sociais na luta contra o capital e Estado, passam os mesmos quando de esquerda se confundindo com o movimento e quando de direita se apropriando dos movimentos para atingir seu principal objetivo, a conquista do poder, pois são sabedoras(as lideranças) da importância política dos movimentos sociais na sociedade.

"O movimento popular, em toda sua história, teve a intervenção ou participação de partidos políticos, organizações de esquerda, igrejas e diretamente do próprio governo." (Revista A Proposta dos Movimentos Populares, pág. 09, nº 1982).

A leitura que fazemos dos partidos políticos brasileiros (de esquerda ou considerados de) e no sentido de que não observamos avanço nas questões que afligem o país (inflação, corrupção, pobreza, miséria absoluta, reforma agrária, etc.), achamos que não há avanço porque esses partidos não rompem ou não tem como romperem com a ideologia estatal-burguesa do neoliberalismo, que propaga e confirma valores burgueses através dos meios de comunicação e do próprio parlamento brasileiro. Quando nas décadas de 60/70 alguns partidos de esquerda resolveram romper e intervir, com intuito de mudar o regime que estava claramente, através dos militares a serviço do capital estrangeiro. Fizeram os mesmos uma leitura equivocada da realidade brasileira, pelo vies de uma teoria que não dava conta das questões sociais enraizadas ou emergentes da "nova" sociedade brasileira, enfeitiçada pelo

desenvolvimentismo e sendo convidada a confirmar a nova divisão nacional e regional do trabalho; A concretização de Brasília, a construção da Transamazônica, a "descoberta" de Serra Pelada, a exportação do ferro de Carajás e mais recentemente a construção de Palmas, capital do Tocantins. Essas intervenções, revolucionárias de cunho político-partidária apareceram em duas frentes em forma de guerrilha: uma nas cidades, guerrilha urbana comandada por Lamarca e a outra guerrilha no campo, destacando duas regiões de atuação: a região de Formoso e Trombas (Goiás) e a conhecida Guerrilha do Araguaia no Estado do Pará e Norte de Goiás, hoje Tocantins.

"Somente com dois anos de trabalho nós conseguimos fazer a primeira assembléia camponesa na várzea. E daí pra frente os camponeses diante de tanta miséria e conhecendo já os seus direitos e com o nosso apoio começaram a perder o medo do comunismo por necessidade mesmo, porque só podia contar com o nosso apoio ." (1)

"... o segundo problema (a cisão) aconteceu pois nós não acatamos as ordens que vinham de cima para baixo de dirigentes gerais que nunca tinham descido no Formoso. Nos contestamos essas ordens, uma vez que somente a vivência com a gente e o conhecimento pode dizer quem é quem numa luta." (2)

(1, 2, depoimentos de posseiros da revolta de Formoso e Trombas, in Carneiro, Maria, 1988).

"Quando os Federais chegaram procurando terrorista eu já sabia que eram os paulistas (guerrilheiros do araguaia) pois tinham moças bonitas de pele liza, parecendo filhas de "gente boa" vivendo ali no sertão a gente não entendia ." (depoimento de um guia do exército, Xambioá, 1977) .

Sabemos que essas revoltas camponesas são de suma importância na interpretação da história política-econômica do Brasil, mas servem também como exemplo de que pelo viés do Partido Político não encontraremos elementos que nos dê sinais de ruptura nem com o Estado Neo Liberal e muito menos com o sistema internacional de intervenção nas economias de países "subdesenvolvidos" ou "em desenvolvimento", classificação que o Brasil, a muito faz parte. Analisando superficialmente a política partidária do Brasil na década de oitenta (surgimento do PT) e início da década de noventa (o impeachment de Collor) poderíamos nos contradizer nessa questão: que os partidos políticos envolvidos em suas metas de atingir o poder, não dão conta da realidade brasileira, ao contrário do que achamos dos movimentos sociais. Mas não, pois realmente entendemos que os partidos políticos como instituições ideológicas em busca do poder, não atendem as questões sensíveis da sociedade e às vezes se prendem ao fisiologismo. O PT como um elemento novo da história política nacional, sabemos de sua dificuldade no Congresso, de se livrar do rótulo de representante da minoria e esse rótulo talvez seja fruto do seu envolvimento com os movimentos sociais. Portanto, os partidos políticos, por serem instituições bem visível e instaladas no poder ou no campo das lutas contra este, se encontram bem distantes das verdadeiras reivindicações da sociedade.

"O PT tem um vício de origem (que ao mesmo tempo é um aspecto extremamente positivo) que é ser demandado como correia de transmissão dos movimentos sociais, e não como partido político propriamente dito. Como partido político, seja de direito, seja de esquerda, é fundamental a vocação pelo poder."(1)

"O PT tem muita dificuldade em trazer para dentro de si a sua base militante petista nos movimentos, seja sindical ou popular. Todo mundo está na rua, se posicionando como petista, falando como petista, falando em nome do PT. Embora seja inegável que o campo que envolve CUT, PT, os movimentos populares ligados a militância petista, inclusive ligados a liderança petista, tenho ganho um peso político real:" (2)

(1, 2, apostila nº 6, Inca. pág. 8, sublinhado por nós) .

Portanto, estamos convictos que os partidos políticos brasileiros, baseado em suas participações na história da política sócio-econômica do Estado Brasileiro, são de grande insuficiência no sentido de romper com a superestrutura, abrindo uma brecha que se transformaria na ruptura da hegemonia, que tende a si perpetuar nas relações do Estado Brasileiro com o capital nacional e internacional, motivos da situação calamitosa em Grande escala por todo o país.

Há Alguma Coisa Fora da Ordem no Sul do Brasil

No ano de 1985, nasce o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) no Estado do Rio Grande do Sul. Este movimento traz através de uma nova experiência de luta no campo brasileiro, uma forma de explicitar a contraditória divisão da riqueza e distribuição da pobreza no campo. Um país com terras favoráveis à prática agrícola, não teria como explicar milhares de gente morrendo literalmente, de fome por todas suas regiões. esta situação advinda não só, mas principalmente da incompreensível concentração das terras brasileiras - poucos com muitíssimas terras e milhares sem terras.

"Há sete alqueires de terras para um boi no Pontal de Paranapanema SP e milhares de homens sem terra" (Valentin, coord. regional do MST, 1993)

Quando se trata de questões ligadas ao campo brasileiro (reforma agrária) sabemos da complexidade do assunto, complexidade essa ideologicamente produzida e reproduzida, pelos políticos e pelos intelectuais, ligadas ou não à questão, e eu acho que a discussão foge ao "eixo" de interesses dos sem terras e parte para o eixo da demasiada teorização. Os intelectuais brasileiros estão teorizando questões que hoje nos parece exigir deste exclusivamente a práxis. A questão se há ou não camponeses no Brasil, no sentido histórico de camponês (produção estritamente familiar), se existe ou existiu relações feudalista e/ou pré-capitalista no campo brasileiro, não são premissas para materializar os

objetivos básicos da luta do movimentos dos sem terras, nem no Pontal de Paranapanema SP, nem na região do Bico do Papagaio Tocantins.

A confusão teórica, promovida pelos intelectuais na leitura do campo brasileiro, só vem explicitar e deixar bem visível a crise de paradigma, que está intervindo na comunidade científica brasileira e aí a crise não é só brasileira, mas também mundial, segundo a Profa. Arlete Moisés Rodrigues:

...existe na sociedade de hoje dois tipos de crise uma com "C" maiúsculo, outra com "c" minúsculo, a primeira é uma crise de Paradigma, a segunda é uma crise econômica. ...o planejamento não resolve, o mercado resolve, isto explicita a crise contemporânea de paradigma."

(A. Moisés Rodrigues, aula expositiva, UNESP, 1993).

Concordamos com a professora Arlete, quando ela diz que "os paradigmas cartesiano e/ou newtoniano, não dão conta das questões relacionadas à sociedade mundana, isto pois a idéia de um mundo físico e fixado está muito além da condição de vida pós-moderna, (Harvey), que está condicionando o homem atual".

As categorias puramente economicistas não conseguem avançar no que diz respeito ao entendimento de novas formas de vida, novas formas de luta que a sociedade vem construindo em seu território, específico ou não. Portanto, insistimos em lembrar que as questões do campo brasileiro bem como a luta do MST, será facilmente entendida, quando esses intelectuais deixarem seus gabinetes e ir pôr a mão na terra (ocupada) junto com os sem terras, ajudando-os (na práxis) encontrarem soluções para seus inumeros problemas.

O MST está aí não dá mais prá negá-lo, nem através dos meios de comunicação nem através do aparelho do estado (cartórios, polícia, etc.). Todos sabem que seu objetivo maior é fazer a reforma agrária no Brasil é redividir de maneira mais justa as terras e isso o MST está convicto que mais cedo ou mais tarde vai conseguir, nós também.

Quando visitamos um assentamento de sem terras na Fazenda Santa Clara na região de Pontal de Paranapanema, SP, estavam ali mais de quatrocentas famílias acampadas às margens de uma ramificação desativada da auto Sorocabana (estrada de ferro estadual), todas despejadas da fazenda citada. Tivemos a oportunidade de observar na prática uma ocupação e como o movimento estar organizado e que por isso tem avançado qualitativamente rumo a seu principal objetivo, a reforma agrária. O MST está ali organizado e representado por lideranças nacionais, estaduais e regionais, lideranças formadas nos quadros do movimento, tanto no sentido ideológico, como no sentido prático, da luta pela reconquista da terra. Podemos observar também o nível de organização local; o acampamento estava dividido em brigadas cada uma com atividade específica; segurança, comunicação, alimentação etc. Então achamos que as questões relacionadas à reforma agrária brasileira tem que, antes de tudo, obrigatoriamente ouvir um novo personagem, o MST, e que a intelligentsia brasileira tem

que reaver suas teorias, seus conceitos sobre a produção e/ou reprodução do espaço rural. Isso porque existe ali, vivo e atuante, um movimento popular e que, os movimentos sociais tem como característica própria, dessacralizar teorias políticas e econômicas. Eles são muito fugidios para serem entendidos de forma muito generalizada.

Estamos agora ainda mais convictos que são os movimentos sociais e não os partidos políticos, como pensam a maioria da sociedade brasileira, que reúne condições básicas de romper com a ideologia burguesa e construir uma nova forma social (ideológica) de vida para a sociedade brasileira. Ali na Fazenda Santa Clara, sentimos verdadeiramente que se iniciou construção de algo que nos dá os contornos de **alguns sinais de ruptura**.

Bibliografia

01. BOBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
02. _____. **Dicionário de Política**. 4a edição, Brasília: UnB, 1992.
03. CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Ed. UFG, 1988.
04. DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Construção da Cidadania, Novos Estudos**. n° 10, São Paulo: Cebrup, 1984.
05. RODRIGUES, Arlete Moisés. **Os Movimentos Sociais Urbanos: Das Reivindicações Fracionadas à Construção de Novos Paradigmas**. Texto Original, UNICAMP, 1992.
06. _____. **Cidade e Movimentos Sociais: Algumas Reflexões sobre questões conceituais**. Texto original, UNICAMP.
07. _____. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1990.
08. SADER, Eder. O Protesto: Os Saques de Abril. **Rev. Desvio**, n° 2, 08/83.
09. SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura**. Gramsci, Curitiba: Ed. da URPR, 1992.
10. Wanderley, Luiz Eduardo. **O Que é Universidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

Periódicos:

01. APOSTILA: **Relação Partido/Movimento Popular/Movimento Sindical e Estado e Movimentos Populares**: Rev. n° 06.
02. TEXTO BÁSICO: **V Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente: A Universidade, a Conferência 92 e a Nova Ordem Internacional**. BH (MG): abril, 1992:
03. REVISTA: **A Proposta dos Movimentos Populares**. pág. 05, Rev. n° 01, 1982.04
04. REVISTA **Historia Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. Rev. n° 01, São Paulo: editora Alfa-Omega, 1977.

Movimentos Sociais e Cidadania: Algumas Considerações¹

Waldemir Roberto da Silva

Na dinâmica permanente da realidade global, novos valores emergem continuamente, com significados diversos, enquanto valores anteriormente consolidados perdem seus atributos, ou adquirem nova significação. Depreende-se do exposto que, a produção do conhecimento, enquanto expressão da realidade concreta, é, em si mesma, inesgotável. Trata-se então de esclarecer, à luz do conhecimento anteriormente adquirido, um dado fenômeno ou aspecto da realidade global que, uma vez explicitado, constitui-se em novos aspectos a serem problematizados.

É sabido que o desenvolvimento não somente transforma a estrutura econômica, como também provoca profundas mudanças na estrutura social. Nessa perspectiva, e por ser parte de um processo global de mudança, os movimentos sociais, como qualquer outro fenômeno social de grande expressão, são sempre historicamente condicionados. A determinação dos “limites” da configuração histórica que dão sentido a um determinado fenômeno social parece-nos, então, o primeiro passo a ser efetuado para o seu estudo.

Mas, porque o avanço dessas relações de produção capitalistas - condicionante última dos fenômenos sociais - não se dá de forma homogênea no tempo e no espaço, as formas como se expressam no espaço historicamente, tendem a ser também, diferencialmente caracterizadas. Isto leva-nos a abordar a questão a partir da hipótese de que a existência de tipos variados de movimentos sociais, suas práticas e vinculações com a idéia de cidadania, são historicamente definidas e condicionadas, de maneira geral, pelo avanço dessa modalidade produtiva.

Sob essa perspectiva, pretende-se aqui colocar, a nível do debate, a questão da multiplicação relativamente recente, no Brasil, de movimentos sociais de diferentes tipos e características, seus objetivos e significados, assim como sua interação com a idéia de cidadania.

A Cidadania em Questão

Existe, permeando a mentalidade da quase totalidade das pessoas nesse país, uma concepção de cidadania que nos permitiria inferir, num primeiro momento, “sermos todos cidadãos”, o que se percebe presente nos discursos de variadas matrizes (ou matizes), disseminada por todas as instâncias da sociedade. Tal noção, oriunda da Revolução Liberal

¹ O presente artigo constitui a parte introdutória do Projeto de Pesquisa "Movimentos Sociais e Cidadania: A Busca de um Entendimento", desenvolvido em 1993/94 pelo autor.

econômico, político e, em alguns casos religioso, que condicionaria, em última instância, a sua exequibilidade, como nos mostram abundantes exemplos do panorama político, econômico e jurídico brasileiros.

Então, se fundamentado no discurso jurídico, qualquer pessoa pode, teoricamente, chegar a Presidente da República (o exemplo máximo de cidadão?) , na prática concreta do cotidiano, o que parece verificar-se é que alguns, (o Presidente do Banco do Brasil, por exemplo) são, ou se encontram em condição de ser “mais cidadão” que outros, (por exemplo o porteiro de uma agência qualquer do mesmo banco). O mesmo se podendo dizer, com algumas exceções, do latifundiário em relação ao posseiro, do prefeito em relação ao “gari” ou do proprietário de imobiliária (e não raras vezes do poder público) em relação aos favelados etc. Também desses exemplos são abundantes, como já apontamos, à realidade brasileira.

Tal quadro nos remete a uma outra questão, ou seja, qual o sentido deste paradigma de sociedade igualitária, regida por leis universais, (implícita na versão clássica de cidadania e disseminada por todos os meios de comunicação possíveis e imagináveis, a mídia, partidos políticos, livros didáticos de Geografia etc.), numa sociedade concretamente estruturada na contradição capital/trabalho, fundamentada no conflito de classes?

O Papel do Estado: Algumas Considerações

No Brasil dos anos 60 e 70, assistiu-se à passagem de um modelo “mais participativo”, de Estado de tipo reformista, desenvolvimentista e pacifista para um modelo de exclusão social e política altamente individualista. A época do chamado “milagre econômico brasileiro” nos primeiros anos da década de 70, corresponde ao rigoroso fechamento do sistema, isto é o país entrou numa ditadura aberta, sob o Ato Institucional no. 5, e na luta armada, expressão máxima do grau de dilaceramento a que chegou a sociedade brasileira no período em questão.

Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, forjado pelos ideólogos da escola superior de guerra, o país implantava, notadamente a partir dos anos 70, uma estratégia de desenvolvimento fundamentado na “industrialização de alto conteúdo energético e alto teor de degradação e resíduos” (SEUA. F. A.D. In Hidrelétricas. Ecologia e Progresso”. 1990). Esse período caracteriza, então, a nova via do desenvolvimento brasileiro, baseada na implantação de grandes projetos de infra-estrutura e exploração dos recursos naturais.

Ao lado das multinacionais, o Estado mostra-se o único parceiro nacional com capacidade econômica para a implantação desses projetos. Nesse contexto, as estratégias governamentais não estão sujeitas ao controle por parte da sociedade global, principalmente quanto à dimensão sócio-ambiental dos impactos causados pelos grandes projetos governamentais.

O Estado, agora empresário, passa a avaliar o desenvolvimento por meio de critérios essencialmente econômicos.

Como decorrência dessa postura operacional, e em função do estágio cultural de país “em desenvolvimento”, o Estado relega a nível secundário o planejamento governamental de longo e médio prazos, abandonando principalmente a indeclinável missão de assegurar o planejamento integrado, capaz de compatibilizar interesses empresariais conflitantes e de garantir que a comunidade local, seus serviços básicos, seus recursos naturais e seu meio ambiente fossem a figura central do desenvolvimento. Na prática, com empresas próprias ou coligadas, o Estado tornou-se parte interessada nesses conflitos. Assim, as modificações provocadas pelos mega-projetos de transformação na natureza eram, quando muito, objeto de uma preocupação marginal, de caráter nitidamente técnico, mais influenciada pelas práticas das agências internacionais do que por uma intervenção a nível político por parte da sociedade nacional. As instituições, decorrentes da legislação, e as percepções sobre o desenvolvimento e o meio sócio-ambiental não estavam politicamente posicionadas nem gerencialmente preparadas para orientar e controlar as forças econômicas impulsionadas pela sociedade industrial. Neste sentido, o regime autoritário decorrente do golpe militar de 64 foi mais que simples acidente histórico. Para Gonçalves “a inexistência de tradições de liberdades democráticas fez com que a implantação do grande capital internacional não encontrasse aqui os limites que a sociedade civil impunha em seus países de origem. A modernização autoritária foi o preço que se pagou pelo desenvolvimento capitalista sem revolução burguesa” (GONÇALVES, 1987: 37).

Os Movimentos em Questão

A possibilidade de encaminhamento para essas (e outras) questões encontra-se, talvez, na análise de novos atores sociais, emergidos aliás, desse mesmo “cenário”. Aqui, põe-se à reflexão, a questão dos movimentos sociais populares.

A multiplicação recente no Brasil de mobilizações sociais populares de diferentes tipos e características tem provocado inúmeras indagações quanto à sua gênese, natureza e significado.

Compostos por atores sociais de diferentes origens e práticas políticas, sua configuração caracteriza-se pela heterogeneidade. Entendidos, por um lado como reflexo da precariedade do período autoritário), e por outro como resposta concreta da população ao descaso ou incapacidade do Estado em suprir carências básicas, os movimentos sociais expressam sempre, ao nosso ver, formas de resistência à ordem vigente.

Para Jacobi, por exemplo, a ascensão dos movimentos sociais, (assim como das organizações políticas de oposição) configura a consolidação da luta de parcelas da população pelo direito à cidadania (7). Mas, enquanto esse autor enfatiza o caráter conjuntural dessas

manifestações, expresso na possível institucionalização/incorporação das demandas sociais pelo Estado, Durhan, coloca aqui uma hipótese alternativa, ou seja, a de que os movimentos sociais constituem-se em “formas específicas de mobilização popular, com espaço próprio, diverso daquele ocupado por partidos e sindicatos” (8).

Essa divergência de interpretações que aliás, parece refletir a variedade do fenômeno, tanto em termos individuais (a heterogeneidade dos elementos componentes) quanto em termos de estratégia de luta, natureza das reivindicações, origens, etc., expressa, para nós, o vasto leque de carências e necessidades decorrentes “dessa gestão capitalista do Estado”, em sua versão “tupiniquim”.

No entanto, consideradas as devidas proporções, e respeitadas as especificidades, é possível entrever, no cotidiano dos movimentos sociais, uma certa noção de igualdade interna, derivada da percepção de uma necessidade comum, que tornam iguais os indivíduos mais diversos. Constituem-se portanto os movimentos sociais em importante espaços de experiência concreta de igualdade, pré-requisito fundamental para o “fazer” coletivo.

É, todavia, a (re)descoberta ou (re)construção coletiva da noção de direito operada no interior dos movimentos, o que se apresenta, para nós, como, ponto crucial no desenvolvimento dessas considerações, uma vez que a dinâmica geral das mobilizações sociais populares processa-se em sua totalidade, mediada pela afirmação de um - ou vários - direito(s).

Assim, embora sejam várias as interpretações existentes sobre, por exemplo, a origem dos movimentos sociais, nos deteremos, aqui, no que nos parecem pontos comuns, vislumbrados na literatura sobre o assunto, por nós consultada, dos quais destacamos os seguintes:

1) Os movimentos sociais articulam-se sempre, em torno de uma carência, uma necessidade coletiva que, mediada pela organização adquire, ao nível da consciência, o “status” de direito.

2) As mobilizações sociais populares constituem-se, enquanto “entidades” organizadas na sua grande maioria, em questionadoras do poder constituído.

3) As constatações anteriores nos permitem inferir que os movimentos sociais, qualquer que seja sua natureza, isto é, reivindicatórios, contestatórios, libertários, etc., implicam sempre numa luta pela “cidadania”.

Analisemos agora cada uma dessas constatações, e suas implicações com a questão ora problematizada.

A primeira constatação, decorrente das características mais gerais dos movimentos sociais, nos permite inferir que, diante do acirramento das contradições, da precariedade crescente das condições de vida, “novos atores entram em cena para desafiar os fatos consumados (...) e dar respostas emergentes para a materialidade da reprodução da vida”. (9)

Realmente, uma maioria significativa das mobilizações populares aglutina-se em torno de demandas imediatas e pontuais, o que, aliás, nada tem de negativo. No entanto, não é apenas a miséria crescente o principal fator indutor das mobilizações, mas “a consciência da pobreza”. (10), mediada pelo “trabalho desenvolvido pela organização dos elementos envolvidos” (11).

Aqui, opera-se uma mudança qualitativa onde, a consciência da necessidade transforma-se, não num passe de mágica, em necessidade consciente. Daí, indagamos, que fatores estariam envolvidos nesse salto qualitativo?

Um outro fato, deduzido da constatação acima, é que as características assumidas por esses movimentos no Brasil, basicamente de demanda, nos permite situá-los na esfera do consumo.

Pode-se supor, então, como observa Durham “... que esse tipo de movimento talvez corresponda a transformações recentes da sociedade industrial capitalista...” (12). Nesse caso, entre as desigualdades do desenvolvimento, estaria por um lado, a noção de (tecnologicamente) possível, e por outro a noção do “realizável”. Mas que mecanismos estariam “por trás” da percepção que a mediação entre o “possível” e o “realizável” situa-se essencialmente no campo político? Coloca-se aqui, a questão das influências “externas” ao movimento.

É bastante conhecida a importância da atuação, junto aos movimentos sociais populares, de um conjunto de atores que, a partir de meados da década de setenta “passa a intervir ativamente, dando visibilidade às carências da população” (13).

No entanto, sabe-se também que “todos os movimentos sociais parecem sentir, de início, a necessidade absoluta de declarar seu caráter a-partidário (14), ou “sua independência em relação ao poder público e instituições religiosas” (16).

Estará aí, talvez, uma das causas do caráter conjuntural e transitório de alguns movimentos populares?

As mobilizações sociais populares constituem-se, enquanto entidades organizadas, em interlocutoras do poder constituído.

Com efeito, notadamente na década de setenta, os movimentos sociais chegaram a incorporar, para alguns, a figura do “sujeito revolucionário, que viria a ocupar o lugar histórico reservado aos partidos políticos no processo de transformação da sociedade” (17). Embora frustradas essas expectativas, por fatores de diversas naturezas, o caráter questionador dos movimentos sociais permanece, representado aqui, por sua inconstitucionalidade, condição básica de negociar e interagir com o Estado.

Essa característica expressa-se, mais concretamente na autonomia, ainda que relativa, de iniciativas como a do movimento dos Sem-Terra (MST), Comissão Pró-Central de Movimentos Populares, União de Movimento de Moradia Popular na Grande São Paulo e Interior, Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), Movimento Nacional dos

e em Atingidos por Barragem (MAB), etc. Tais iniciativas, ainda que incipientes e atomizadas, não representam “passos extremamente importantes no tocante às suas reivindicações específicas (...) no confronto com o Estado (Ministérios, secretarias e organismos), e com as elites dominantes” (18). Nesse sentido, “o confronto com o Estado representa não apenas o reconhecimento de sua legitimidade (...) mas, uma avaliação dessa legitimidade, medida pela capacidade de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo (19).

, que Como última constatação, consideramos aqui que, os movimentos sociais, qualquer que seja sua natureza, implicam sempre, numa luta pela “cidadania”.

nidas Embora esse pareça ser um ponto pacífico na literatura consultada, cabe, parecermos discutir os pontos polêmicos. Por exemplo, trata-se de conquistar, ampliar ou construir a cidadania? E, se se pode pensar em “cidadanias”, que tipo de cidadania almejam essas mobilizações populares? Se realmente, verifica-se entre nós um processo de construção coletiva de novos direitos, fundados não mais na lógica perversa da acumulação, mas na lógica do direito fundamental à vida, que novo projeto político orienta essa construção?

somos Historicamente, as situações de crise econômica estrutura e profunda sempre ua-se foram indutoras de mudanças. Em tais situações, novos atores “roubam” a cena, com papéis s” ao diferenciados e inovadores, condição básica para superação do arcaico. Como em outras partes do mundo, no Brasil, “locus” dessas considerações, tal quadro expressa-se, enquanto sociais “cenário”, “nos quinze milhões de trabalhadores rurais sem terra: nos trinta e cinco milhões de issa a brasileiros vivendo em favelas, mocambos, palafitas, mangues, alagados e cortiços (...), nos aproximadamente duzentos mil “morando” na rua, sob pontes e viadutos da cidade de São ir, de Paulo; nos trinta e sete milhões de menores carentes e abandonados etc.” (20)

ência Mas de tal “cenário” emergem, como já dissemos, novos atores, aqui expressos alguns nas inúmeras mobilizações populares que trazem para o plano concreto as lutas pela terra, moradia, saúde, educação e mais um sem número de quesitos, num confronto direto com os detentores do poder.

zadas, No entanto, se o cenário apresenta pródigos sinais de mudança, cabe-nos ram a minimamente, uma tentativa de esclarecer que novos sujeitos históricos seriam esses.

lugar **Notas**

- (17). 1) cf. Macaloz, 1990 p. 73.
nador 2) cf. Damatta, 1989 p. 73.
dade, 3) cf. Demo, 1990 p. 63.
4) cf. Bogomeletz, 1990 p. 31.
5) cf. Damatta, 1989 p. 72.
1 que 6) id. p. 76.
ral de 7) cf. Jacobi, 1990 p. 36.
ulo e 8) cf. Durham, 1984 p. 25.
l dos 9) cf. Thomaz Júnior, 1991 p. 25.

- 10) cf. Durham, 1984 p. 25.
- 11) cf. Jacobi, 1990 p. 38.
- 12) cf. Durham, 1984 p. 31.
- 13) cf. Jacobi, 1990 p. 39.
- 14) cf. Durham, 1984 p. 29.
- 15) cf. Sá, 1991 p. 07.
- 16) cf. Martins, 1991, p. 16.
- 17) cf. "E AGORA?", 1991 p. 01.
- 18) cf. Thomaz Júnior, 1991 p. 09.
- 19) cf. Durham, 1984 p. 29.
- 20) cf. Thomaz Júnior, 1991 p. 07.

Bibliografia

CADERNOS DO CEAS, n. 119 a 136. Salvador.

COLETÂNEA. Território e Cidadania. Da luta pela terra ao Direito a Vida. **Terra Livre**, n. 6. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1988.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

DA MATTA, R. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

D'INCAO, M.C. **Bóia-fria acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1983.

DI PAOLO, P. **Cabanagem: A revolução popular da Amazônia**. Belém: Ed. CEJUP, 1991.

DURHAM, E.R. A construção da cidadania. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: n. 10, outubro 1984.

FIGUEIRA, R.R. **Posseiro e Pares do Araguaia: a justiça do lobo**. Petrópolis: Vozes, 1989.

GONH, M.G. **A força da periferia**. São Paulo: Cortez, 1989.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Ed. Vozes/FASE, 1987.

LIGAÇÃO. Publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo do Campo, (números 1 a 5).

MICHAEL, W. **Das obrigações políticas: ensaio sobre desobediência, a guerra e a cidadania**.

MOREIRA, R. Geografia e Práxis: algumas questões. **Geografia e Sociedade**, Revista de Cultura, v. 74, n. 4, maio 1980.

PAVIANI, J. **Problemas de Filosofia da Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

SANTOS, M. **Cidadania e Território: O Espaço do Cidadão**.

SZMERCESANYI, T. e QUEDA, O. O Rural e o Urbano no Brasil. *In* **Vida Rural e Mudança Social no Brasil**. Ed. Nacional. São Paulo, 1973.

THOMAZ JÚNIOR, A. Um momento: com a palavra o "mundo paralelo". **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre: nº 19, 1992.

THORRLBY, T. **A cabanagem na fala do povo**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

VENCESLAY, P.T. Limpar o terreno. **Tempo e Presença**, São Paulo: n. 6, abr./jun. 1989.

Movimentos Sociais e Partidos Políticos

José Caetano da Silva¹

Qualquer análise aprofundada a respeito dos movimentos sociais deve passar por investigações no campo estrutural. Independentemente do que eles representam em termos de objetivação, os movimentos sociais decorrem da estrutura social. Neste sentido, sejam movimentos reivindicativos, sejam movimentos libertários, só podem ser compreendidos ao nível da dinâmica social e numa visão dialética, posto que suas marchas e contramarchas são manifestações dos níveis de anacronismos e sincronismos que caracterizam as estruturas sociais provocativas. Ao nosso ver, são estes parâmetros que produzem as diferenças entre os movimentos sociais e que geram essa chamada "crise de paradigmas" que assola os pensadores sociais contemporâneos. As estruturas sociais possuem mecanismos criados para evitar a eclosão surpreendente de movimentos sociais, sempre colocados como "caso de polícia". Não fosse assim, qual seria o papel do Estado, da Igreja, das Forças Armadas e da ideologia? O sistema sempre teme a convulsão social e teme também todo movimento que escape do seu controle, desde uma simples passeata até uma manifestação. Esse temor tem mudado até a arquitetura de algumas cidades como é o caso de Paris, cujas ruas foram alargadas com o intuito de evitar a formação de barricadas. As avenidas principais de Belo Horizonte, que convergem para o centro da cidade, apresentam quartéis nos seus troncos periféricos.

Existe, portanto, um temor ora velado, ora explícito, por parte do sistema em relação aos movimentos sociais em decorrência do seu caráter de inesperado. Mesmo reivindicativo, é uma reivindicação que nasce à revelia do sistema. Talvez seja esse sentido de "inesperado" que imprime o propalado caráter de "novo" aos movimentos sociais. Esse "novo" terá seu trânsito definido pela conjuntura e pelos níveis de elasticidade da estrutura. Não podemos negar que existem diferenças substanciais nos tratamentos dispensados aos movimentos sociais do período do regime militar e aos de agora. Na pior das hipóteses, as lideranças têm agora o direito de "habeas corpus". Nessa abordagem, entendemos que os movimentos sociais vão conquistando seus espaços dependendo sempre da conjuntura. Em fases de desgaste estrutural os movimentos conseguem mais avanços que em períodos de "estabilidade". O movimento operário-camponês da Rússia czarista obteve mais sucessos durante o reinado de Nicolau II do que no período de Pedro, o Grande. Os Beatles fizeram mais sucesso fora da própria Inglaterra; entretanto só poderiam ter surgido na Inglaterra dos anos '60 e dificilmente numa Era Vitoriana. Os movimentos sociais da história recente do

¹ Trabalho apresentado junto à disciplina Movimentos Sociais e Partidos Políticos, ministrada pela Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues, em 1993.

Brasil emergiram numa fase de desgaste do regime militar. É importante ressaltar que o mecanismo mais eficaz de sustentação da estabilidade da estrutura tem sido a ideologia, secundado pela repressão. Quando a repressão se sobrepõe ao ideológico, se manifesta a crise estrutural. Quanto mais demorado for o confronto no plano repressivo entre os movimentos e o sistema maior tem sido a tendência de fortalecimento do primeiro. Não é por acidente de percurso que o General Geisel, escudado em Golbery do Couto e Silva, propôs a "abertura, lenta, gradual e segura" e, no bojo da crise, a volta ao pluripartidarismo, coisas impensáveis nos "idos do Milagre", alguns anos antes.

Existe "algo de novo no front" das análises quando dizemos que os movimentos sociais dessacralizam a política tradicional, os partidos políticos e as instituições como a Igreja? Acredito que o novo está na coragem de dizer isso, posto que os movimentos sociais sempre tomaram e tomarão rumos diferentes dos prescritos nas instituições de quaisquer níveis. Atuando dentro ou fora dos limites estabelecidos pela estrutura, os movimentos se caracterizam pela imprevisibilidade, muitas vezes corroendo seus líderes ou deturpando seus próprios objetivos. Não é por acaso que José de Fátima, líder dos bóia-frias de Guariba, passou para o lado dos latifundiários. Os movimentos sociais, ao nível do inesperado, projetam muito alto aqueles que os encabeçam. E se estes não tiverem o ideal acima de tudo os riscos de contaminação pelo vírus da vaidade serão muito grandes. Aliás, uma das táticas mais eficazes que o sistema tem para superar os movimentos sociais tem sido a de cooptação das lideranças. Isso mostra que o sistema tem compreendido mais a "intimidade" dos sujeitos que os próprios intelectuais de esquerda. O muro de Berlim ruiu muito mais depressa quando a propaganda ocidental capitalista, mostrando "as maravilhas" do lado de cá, ultrapassou as fronteiras do leste. Paradoxalmente, foi o "acelerador das contradições"...

Outra característica marcante dos movimentos sociais está em suas origens. Não é pelo fato de se constituírem no inesperado que os movimentos possam ser chamados de "espontâneos". Basicamente os movimentos são frutos de crises estruturais amortecidas pela ideologia ou pela repressão. Esses anacronismos da estrutura permanecem ao nível de uma suposta estabilidade garantida pela hegemonia dos que detêm o poder em suas mãos. Quaisquer desníveis nos instrumentos ideológicos, ou mesmo repressivos, podem se constituir em "detonadores" do processo, posto que o movimento está apenas em dormência. Será que Martinho Lutero preconizou a ruptura do caráter monolítico da Igreja Cristã no Ocidente? Acreditamos que o seu gesto de desobediência ao Papa reacendeu a dormência produzida desde Wiclif, Huss e Savonarola. A incapacidade estrutural em assimilar as reformas preconizadas por Lutero fez com que as mudanças na estrutura se transformassem em mudanças de estrutura. Mais uma vez aqui se manifesta a idéia que defendemos no presente trabalho: a força da conjuntura. O gesto de Lutero o transcendeu porque havia mais condições favoráveis que nos idos de Wiclif, Huss e Savonarola, ou seja, a reforma protestante atendia os interesses do crescente movimento capitalista.

A cooptação das lideranças ou a assimilação estrutural dos ideais contidos nos movimentos sociais depende dos níveis de confronto que os mesmos apresentem em relação a estrutura. A República Negra de Palmares foi esfacelada e seu povo exterminado porque representava uma alternativa de poder em relação ao Estado Colonial Português. O mesmo ocorreu com a "República Comunista Cristã dos Guaranis", no Rio Grande do Sul. "Tragédias espantosas" ocorreram com os rebeldes de Canudos e do Contestado. Esses movimentos questionaram na prática o poder hegemônico e suas instituições anacrônicas. Em contrapartida o sistema procurou varrê-los fisicamente e simbolicamente. Os rebeldes de Palmares tiveram suas orelhas decepadas e seus corpos jogados num precipício. A cabeça não "cooptada" de Antonio Conselheiro foi levada para o um Museu na Bahia a fim de justificar as teses do Lombroso. As Missões foram incendiadas para não servir de referencial para ninguém. Mais uma vez retomamos a teoria da conjuntura: é bem provável que as experiências comunitárias desenvolvidas pelos sem-terra, através de suas Cooperativas de Produção, não surtissem os mesmos efeitos na República de Prudente de Moraes ou Arthur Bernardes.

O processo de cooptação depende não só da conjuntura como também das características e objetivos dos movimentos sociais. O movimento feminista prossegue porque carrega consigo características paradoxais: mudanças na estrutura e de estrutura. Mudanças na estrutura porque a falta de direitos sociais das mulheres representa um anacronismo na estrutura urbano-capitalista. O processo de urbanização provocou a ruptura da família protogeradora dando origem a família conjugal, ou seja, a mulher não é mais o objeto procriador de muitos filhos, ela agora sai de casa para a escola, a fábrica, a loja, a fim de contribuir para o sustento dos poucos filhos. Os acenos consumistas do capitalismo exigem a redução no número de filhos posto que os mesmos, sendo contaminados pela ideologia, passam a cobrar melhores escolas, melhores roupas, mesada, lazer, viagens. Para suprir essas "necessidades" dos filhos e as injunções próprias da vida urbana, exige-se que a mulher "também vá para o trabalho". Deriva das suas lutas por direitos iguais aos dos homens, que vão conquistando lentamente e sendo assimilados pela estrutura. Mas por outro lado, essa "saída" de casa da mulher representa uma mudança estrutural porque "revoluciona a célula-mater da sociedade "principalmente no seu tradicional papel de iniciador do processo educativo ou de formulador de ideologia.

A cooptação dos movimentos sociais, quando possível, não se efetua sem resultados paradoxais ao próprio sistema uma vez que, de certa forma, é o reconhecimento dos mesmos, o que representa certo avanço. Na esteira do movimento hippie podemos dizer que todos aqueles ideais de liberdade, paz, amor, não foram em vão, a despeito de seus "gurus" se integrarem no sistema que tanto criticaram nas suas formulações de "contracultura". O mundo não é mais o mesmo depois da explosão de rebeldia dos movimentos de juventude dos anos 60. Eles não conseguiram derrubar as estruturas, mas nem por isso "o sonho acabou" posto que grande parte dos anacronismos comportamentais da civilização industrial foram abalados e tiveram que assimilar o "novo" para não serem destruídos de vez. Acredito que seja um

pouco a contragosto que o conservador empresário, dono de um box num "shopping", seja obrigado a vender um disco de Janis Joplin ou um livro de Jack Kerouac...Quer queira ou não, é a disseminação de valores contestatórios, mas as cédulas verdes dizem muito mais que as contradições do sistema, o que é uma contradição.

A contextualização dos movimentos sociais é outra característica marcante dos mesmos se considerarmos sua objetivação. Marca muito mais na história da humanidade um movimento que produziu rupturas que a criação de uma instituição, seja esta de qualquer natureza. Não podemos nos esquecer que deixou mais marcas na história egípcia o movimento liderado por Amenófis IV, objetivando a destruição do politeísmo, que a formação do próprio Estado egípcio. O movimento democrático no século V eclipsou a trajetória da monarquia ateniense. A república romana, fruto de um movimento social, deitou mais raízes no mundo ocidental que o Império. O que dizer então do cristianismo, movimento social mais sólido que a própria Igreja e produtor de contradições ainda atualíssimas? E a Renascença, quebrando o geocentrismo e o teocentrismo? Quem se esquece da Revolução Francesa e seus preocupantes abalos? Todos movimentos inesperados, todos decorrentes do anacronismo de suas épocas, todos com avanços e recuos, cooptação e assassinatos de líderes, mas todos se inserindo nos interstícios da estrutura, ora rompendo, ora sendo assimilados, mas todos provocando modificações ao nível da conjuntura, ou ao nível da história, como exemplos inabaláveis da continua insatisfação do homem com o status quo, seja no âmbito da dormência, seja no explícito campo do confronto.

Os movimentos sociais não podem ser analisados numa perspectiva de confronto com os partidos. Ao meu ver esse é um falso dilema. Os partidos, mesmo os chamados revolucionários, são instituições, envolvem programas, estatutos, hierarquias, estratégias, táticas e linhas teóricas. Os partidos políticos fazem parte de uma estrutura, das serem chamados partidos...Os movimentos sociais, libertários ou reivindicativos, são mais dinâmicos que os partidos porque surgem das contradições, dos anacronismos estruturais, do inesperado. Muitos movimentos são mais temidos que os partidos porque transitam fora do espaço de apreensão da estrutura. As táticas dos sem-terra mostram muito bem isso. Uma fazenda sendo ocupada muitas vezes, sem quaisquer resistências no processo de despejo, leva o fazendeiro ao desespero, os gastos na reintegração de posse obrigam-no a negociar com o Estado...Essa interpretação não significa um elogio dos movimentos sociais, senão uma constatação do real. Os movimentos dos sem-terra, sem-teto, conseguiram mais nas lutas do cotidiano que na intervenção parlamentar. Isso não significa dizer que os movimentos sociais são melhores que os partidos. Significa que suas lutas se travam de forma diferente das dos partidos, ainda que os objetivos sejam os mesmos. Os movimentos sociais têm autonomia, os partidos políticos não, na decorrência mesma de suas ideologias. Quer queiram ou não a burocracia emperra os partidos, levando-os a reboque dos movimentos. Esse é um problema para os partidos de esquerda, uma vez que se romperem com sua organização se transformam

seja em movimentos, o que é uma contradição, principalmente para aqueles que, como o PT, tiveram suas origens nos movimentos sociais.

as Não existem dúvidas, analisando a conjuntura atual brasileira que os partidos precisam dos movimentos e vice-versa. As lutas dos movimentos vão se esgotando nos limites estabelecidos pela estrutura, inclusive jurídica. As mudanças na estrutura fundiária passam pelo campo institucional e para que isso ocorra torna-se necessária a intervenção parlamentar. O MST precisa de congressistas comprometidos com a reforma agrária. As leis federais emperram as mudanças na estrutura fundiária do país. Os latifundiários temem mais um Congresso progressista que um Presidente comunista. É só observar os esforços dos grupos conservadores no sentido de que a revisão constitucional se efetue sob a égide do atual Congresso, de maioria reacionária. Seus propósitos básicos são retirar os poucos avanços que os trabalhadores conseguiram na atual Carta Constitucional.

o o A relação partido-movimento, nessa conjuntura é, portanto, simbiótica, posto que os congressistas de esquerda precisam do apoio dos movimentos e os movimentos contam com os esforços dos parlamentares no sentido de obstar o retrocesso. Numa época em que as instituições democráticas, sobretudo o Congresso, estão em descrédito diante da maioria da população, fruto de uma campanha articulada com o explícito propósito de diminuir seu campo de intervenção, é provável que o mesmo transite no fio da navalha, assumindo uma postura progressista para conquistar o prestígio nos movimentos organizados, ou aproveitando os últimos dias de mandato para assegurar os privilégios das elites conservadoras.

nto Independentemente do tipo de resposta que o campo institucional emitir, os dos movimentos sociais sempre serão manifestações de mudança na estrutura, ainda que atuando dentro dos limites estabelecidos. Os movimentos sociais dito reivindicativos podem abrir brechas para movimentos de ruptura quanto o sistema não lhes assegura os direitos solicitados. Os movimentos sociais possuem sempre uma origem ética, suas bandeiras emergem basicamente no campo da moral, da luta por justiça. Ao longo da história, temos percebido que os movimentos só se direcionam na perspectiva revolucionária, de ruptura, quando se esgotam seus esforços de se integrarem na estrutura enquanto sujeitos. Lembremos mais uma vez da Rússia pré revolucionária quando o padre Gapone liderou um movimento pacífico diante do palácio do Czar, solicitando direitos sociais. Qual foi a resposta do sistema? Um fuzilamento em massa, fazendo com que os camponeses e operários entendessem que suas reivindicações nunca seriam atendidas naquele sistema. As ruas banhadas pelo sangue de jovens, mulheres e crianças produziu a fenomenologia de que somente a ruptura poderia contemplar a conquista do que era reivindicado. Daí deriva o fortalecimento dos partidos Revolucionários, sobretudo o bolchevique, liderado por Lenin.

io a O que tem evitado a eclosão de movimentos revolucionários é a sensibilidade política dos ideólogos do sistema. Ao entender que "ceder os anéis pode evitar a perda dos dedos", asseguram o prosseguimento do sistema, mesmo que este continue excludente e

limitador. O direito de voto, de representação no Parlamento, conquistas como a redução da jornada de trabalho, não surgiram da "boa vontade " dos grupos dominantes.

Esse fizeram de tudo para evitar que isso acontecesse. Todavia, diante das pressões dos movimentos foram obrigados a ceder, na perspectiva de evitar "bolsões revolucionários". O modelo social-democrata, predominante nos países europeus, foi decorrente dessa visão dos grupos dominantes. Nos países onde a reação é levada até as últimas conseqüências, com tiranias e ditaduras, os movimentos sociais, a despeito de suas próprias contradições, e por conta das contradições inerentes ao sistema, carregarão sempre o germe da mudança, reformista ou revolucionária.